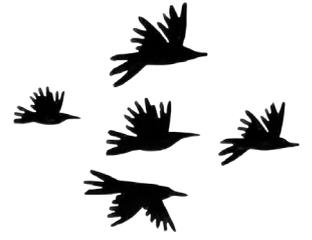




BIAS

WILLIAM JAMES, PRAGMATISMO, INTENCIONALIDADE, 4ES¹



Arthur Araújo

Departamento de Filosofia/UFES - Brasil

Resumo:

Nos termos gerais deste artigo, procuro situar o pragmatismo de William James em conjugação com sua forma de empirismo. O que resulta dessa conjugação é uma compreensão anti-representacionista de intencionalidade. Se considerada como sinônimo de intencionalidade no chamado contexto 4Es em filosofia da mente, em particular, dois sentidos de *sense-making* evidenciam uma distinção entre fenomenologia e empirismo. Enquanto o enativismo representa a perspectiva fenomenológica, chamarei de extensio-nismo radical minha abordagem da intencionalidade a qual tributo ao pragmatismo e ao empirismo James. Como conclusão da minha estratégia de situar a questão de *sense-making* (como sinônimo de intencionalidade), a ideia é que ela resulta de uma dinâmica de campo inerente ao próprio fluxo da experiência e,

Abstract:

In the general terms of this paper, I look for to situate William James' pragmatism in conjunction with his form of empirism. What results from this conjugation is an anti-representationalist understanding of intentionality. If considered as a synonym of intentionality in the so-called 4Es context in philosophy of mind, in particular, two meanings of *sense-making* indicate a distinction between phenomenology and empiricism. While enactivism represents the phenomenological perspective, I will call my approach to intentionality radical extensionism which I pay homage to James' pragmatism and empiricism. As a conclusion of my strategy of situating the issue of *sense-making* (as a synonym for intentionality), the idea is that it results from a field dynamic inherent in the very flow of experience and, therefore, incorporating an essen-

¹ Neste artigo, de modo resumido, retomo algumas partes do meu trabalho *William James, Jakob von Uexküll et la critique des notions de représentation mentale et d'intentionnalité*, publicado em *Philosophical Enquiries: Revue des Philosophies Anglophones* (2016).

portanto, incorporando um sentido essencialmente empírico de modo alternativo ao enativismo.

Palavras-chave:

William James; pragmatismo ; intencionalidade; 4ES.

tially empirical sense as an alternative to enactivism.

Keywords:

William James; pragmatism; intentionality; 4Es.

Introdução

Nos contextos de filosofia da mente e ciências cognitivas, notadamente, o pragmatismo tem sido visto como uma alternativa às concepções tradicionais da cognição fundada em na noção de representação (ver, por exemplo, *Pragmatism and Embodied Cognitive Science* editado por Roman Madzia & Matthias Jung, 2016). Em muitos aspectos, o pragmatismo incorpora a crítica ao representacionalismo no que se refere à relação mente e mundo. Em filosofia da mente e ciências cognitivas, o representacionalismo corresponde à visão de que “há estados mentais que funcionam para codificar estados do mundo” (Chemero, 2009, p. 17). Em oposição direta ao representacionalismo, encontramos “visões do tipo defendidas pelos pragmatistas americanos” (Chemero, 2009, Gallangher, 2014; Johnson, 2016; 2017).

Considerando o pragmatismo de William James na esteira da sua forma de empirismo, a crítica ao representacionalismo está notoriamente presente: “as teorias representacionais colocam uma ‘representação’ mental, ‘imagem’ ou ‘conteúdo’ na lacuna [entre pensamento e mundo] como um tipo de intermediário” (James [1907], 1977, p. 61). Em sentido amplo, pode-se tomar o pragmatismo de James como uma resposta às teorias representacionais da mente na medida em que ele deflaciona a noção de representação como condição de sustentação da intencionalidade do pensamento. Em relação aos contextos da filosofia da mente e ciências cognitivas, pode-se argumentar que o pragmatismo de James consiste em uma forma de anti-representacionalismo.

Embora o rótulo ‘anti-representacionalismo’ corresponda à versão de neo-pragmatismo de Richard Rorty em *Philosophy and the Mirror of Nature* ([1979] 2009), em que ele nega que a linguagem não seja “sobre” nada, tal perspectiva de pensamento remonta às origens do pragmatismo. Em *What pragmatism means* ([1907] 2000, p. 25), James retoma o princípio pragmático de Peirce e enfatiza o sentido de atividade do pensamento como

um processo do qual se desenvolve uma forma dinâmica de intencionalidade. Segundo James, uma concepção pragmática de intencionalidade descredita o compromisso com as ideias de representação e referência do pensamento. Do fato de que um pensamento é intencional, não se segue que ele seja representação ou referência a alguma coisa. Nesse sentido, a concepção pragmática de intencionalidade de James se afasta da tradição representacionista herdeira de Brentano (Jackman, 1998). Segundo o pragmatismo de James, a intencionalidade consiste mais em atividade do pensamento do que em representação e, desse modo, converge com a perspectiva 4E em filosofia da mente (Chemero, 2013; Chemero & Käufer, 2016; Hufendiek, 2016; Kühle, 2017; Di Francesco, Marraffa & Pater-noster, 2022).

Na vasta literatura sobre as chamadas 4Es (Menary, 2010; Rowlands, 2010; Ward & Stapleton, 2012; Newen, de Bruin & Gallagher, 2018), essa expressão resume um movimento de pensamento alcançando um domínio de estados e processos, inclusive pessoas, que, literalmente, se estendem ao ambiente” (Robbins & Aydede, 2009, p. 1); “pensar e conhecer podem (às vezes) depender direta e não instrumentalmente do trabalho contínuo do corpo e/ou do ambiente extra-orgânico” (Clark, 2011, p. xxviii); e “a cognição é “constituída” por processos corporais e ambientais” (Newen, de Bruin & Gallagher, 2018, p. 4)². De acordo com a perspectiva 4E, como parte da atividade cognitiva, a intencionalidade se estende além do limite da estrutura corporal e incorpora uma dinâmica organismo-ambiente. Uma tal forma de intencionalidade deveria ser considerada como “não-derivada” no sentido de que se trata de um engajamento prático entre organismo e ambiente (Newen, de Bruin & Gallagher, 2018, p. 10). Um engajamento prático que se pode traduzir nos termos do pragmatismo de William James.

No desenvolvimento do seu itinerário intelectual, James alia pragmatismo e empirismo e, no entanto, a aliança não transige com as formas tradicionais de empirismo (Bacon, 2012, p. 36). A radicalização da noção de experiência assinala a concepção do pragmatismo como consequência conceptual do empirismo radical: as distinções e divisões entre a mente e o mundo são fatos operacionais, instrumentais ou convencionais (ver James, [1905] 1977, p. 194). Se o pragmatismo de James nos ensina uma lição, certamente, é que não precisamos de entidades ou representações mentais a fim de preencher a suposta lacuna entre o interior (subjetivo) e o exterior (objetivo). Para James, de fato, não há lacuna alguma ou duplicação interna na experiência.

2 A expressão 4E significa “a ideia de que os processos mentais são (1) incorporados [embodied], (2) situados [embedded], (3) enativos [enacted] e (4) estendidos [extended] (Rowlands, 2010, p. 3).

Segundo o não-representacionalismo de James, na medida em que a intencionalidade se refere à ação e aos efeitos práticos do pensamento, ela se desenvolve no *continuum* da experiência da qual emerge a diferenciação operacional, instrumental ou convencional entre mente e mundo. Nesses termos, segundo James (1978 [1907], p. 245), a intencionalidade é mais um processo transicional (ou “ambulatorial”) do que um “salto” do pensamento em direção ao objeto. Com um traço nitidamente anti-dualista, o princípio do pragmatismo de William James e Peirce pode enriquecer os debates em torno da noção de intencionalidade não-derivada no contexto 4E na filosofia da mente. Este é o aspecto central que procurarei desenvolver última parte deste artigo.

Como assinala Mark Rowlands (2009), de acordo com a visão que se tornou conhecida como ‘mente estendida’ no contexto 4Es em filosofia da mente, alguns processos mentais se estendem ao ambiente do organismo cognoscente na medida em que são compostos (parcialmente) de processos executados por esse sujeito em ambientes adequados. Em sentido convergente com essa visão, os enativistas entendem que os processos mentais são também (parcialmente) constituídos pela capacidade sensório-motora do organismo de agir, de forma apropriada, em determinados ambientes. Dadas as semelhanças evidentes entre enativismo e extensionismo, é comum considerá-los variações de um mesmo tema. No entanto, segundo Rowlands (2009), as semelhanças entre enativismo e extensionismo são relativamente superficiais e as divergências se mostram mais profundas do que se pensa. Nos termos em que estou desenvolvendo este artigo, partilho dessa compreensão de Rowlands.

Do meu ponto de vista, se considerada o tema da intencionalidade no contexto 4Es em filosofia da mente, o que os enativistas entendem como *sense-making* (Di Paolo, Rohde & De Jaegher, 2010), a transação organismo-ambiente, teria um caráter derivado da rede de relações dinâmicas integrando o trinômio ‘corpo-mente-ambiente’³. Partindo da conjugação entre o pragmatismo e a forma de empirismo de William James em paralelo com a noção de mente estendida, chamarei de *extensionismo radical* minha abordagem da intencionalidade⁴. O que está em questão é um embate entre enativismo e extensionis-

3 Não traduzirei aqui o termo ‘sense-making’ por ‘fazer-sentido’. Entendo que, assim como em inglês, esse termo já tem uma significação técnica instituída e, portanto, ele dispensa tradução.

4 Não somente ao enativismo se outorga ser radical. Ver, por exemplo, *Radicalizing Enactivism* (Hutto & Myin, 2013). No contexto das 4Es em filosofia da mente, por ‘extensionismo radical’, entendo a conjunção entre o pragmatismo e o empirismo de James. Isso significa que, por exemplo, a dissolução do chamado problema da constituição: ou seja, “se, modo bastante geral, a questão é se, e em caso afirmativo, como somos capazes de decidir (seja empiricamente, pragmaticamente ou a priori) se um processo cognitivo particular é constituído por ou meramente dependente de processos extracranianos ou processos extracorporais” – tra-

mo em torno da noção de intencionalidade e, conseqüentemente, entre dois sentidos de *sense-making*. Se, em termos enativistas, a atividade de *sense-making* expressa o sentido fenomenológica da autonomia do organismo, segundo minha compreensão de um extensionismo radical, ela significa um aspecto derivado da dinâmica da experiência.

Como ideia geral deste artigo, o que tenho em mente é deflacionar o sentido fenomenológico de *sense-making* e outorgar à intencionalidade um sentido pragmático e empírico nos termos de James. Para isso, na última parte do artigo, exploro a noção de ‘campo’ tal qual ela é entendida por James como núcleo da sua forma radical de empirismo. Em linhas gerais, considerando o sentido de *sense-making* como sinônimo de intencionalidade, como background filosófico, o que se apresenta é um embate entre fenomenologia e empirismo⁵.

Intencionalidade e representação

Desde Franz Brentano, historicamente, a noção de intencionalidade seguiu duas linhas de desenvolvimento: 1) a partir de uma perspectiva fenomenológica, a intencionalidade é considerada a marca do mental (Husserl e Sartre); e 2) em uma retomada do termo por filósofos analíticos (em particular, Roderick Chisholm e Wilfrid Sellars nas décadas de 1960 e 1970), a intencionalidade é a expressão de uma propriedade linguística das sentenças (ver Jacob, 2004, particularmente, a Segunda Parte). Embora sendo duas linhas de desenvolvimento distintas, ambas sustentam a co-extensividade entre intencionalidade e representação: *sendo sobre (aboutness)* objetos e estados de coisas no mundo, os estados mentais possuem um conteúdo representacional e podem ser expressos por atitudes proposicionais.

dução minha (Newen, de Bruin & Shaun Gallagher, 2018, p. 7). Segundo o pragmatismo e a forma radical de empirismo de James, nem constituição nem dependência! A ideia é que, em um primeiro momento, se diferenciam as partes ‘interior’ e ‘exterior’ (ao organismo) do próprio fluxo da experiência; e, em um segundo momento, por um processo de transição contínua entre essas partes, se desenvolvem as “relações cognitivas”.

5 “A cognição ou *sense-making* é um engajamento intencional e normativo do sistema com seu ambiente. Uma das proposições básicas da abordagem enativa é que ser autônomo é uma condição necessária para o sistema incorporar intencionalidade e normatividade originais” (Thompson & Stapleton, 2009, p. 6 – tradução minha). E “de acordo com a visão enativista, os seres vivos são seres *sense-making* em íntima relação com seus ambientes. Aqui está como [Francisco] Varela coloca a esta ideia: “o modo no qual os seres vivos fazem sentido” – estas palavras têm um duplo sentido. De um lado, elas se referem a como os seres vivos procedem com suas atividades de *sense-making* [...] De outro, elas se referem a como entendemos que os seres vivos fazem sentido a nós (Thompson, 2011, p. 114).

Em sua forma canônica, como os estados mentais *são sobre*, o verbo ‘crer’ expressa a estrutura representacional da atitude proposicional. Em ‘A crê que P’, o verbo indica o *ser sobre* (*aboutness*) de um agente cognitivo (A) em relação a uma proposição (P) que representa o conteúdo mental do agente: por exemplo, ‘A crê que as águias são aves de rapina eficientes’ (P). Nesse caso, como uma proposição é semanticamente avaliável, ela pode representar corretamente a relação entre estado mental e mundo. No contexto da chamada ‘psicologia popular’ (folk psychology), por exemplo, os objetos dos estados mentais são entidades linguísticas como proposições, propriedades, relações, etc. O que determina a significação de um conteúdo mental é a proposição que o representa cuja propriedade é ‘intensional’ (com s) ou ‘não-extensional’: “sentenças que descrevem estados intencionais são intencionais” (Zalta, 1988, p.13; ver também Jacob, 2004, p. 120)⁶. Seguindo o desenvolvimento das duas linhagens brentanianas entre fenomenologia e filosofia analítica da mente, se evidencia uma relação intrínseca entre as noções de representação e intencionalidade: ou seja, explicar a intencionalidade responde à questão de como os estados mentais podem *ser sobre* e ter conteúdo representacional.

Em um paralelo entre o representacionalismo em filosofia da mente e a segunda geração das ciências cognitivas dos anos 70 e 80, segundo o que Francisco Varela chama de ‘hipótese cognitivista’, a reciprocidade entre intencionalidade e representação se apresenta nos seguintes termos:

A noção em jogo aqui é representação, ou intencionalidade, o termo filosófico para a qualidade do que é “sobre algo”. O argumento cognitivista é que o comportamento inteligente pressupõe a capacidade de representar o mundo de alguma forma [...] Essa compreensão da representação é [...] a seguinte: a hipótese cognitivista afirma que a única maneira de explicar a inteligência e a intencionalidade é postular que a cognição consiste em agir com base em representações que têm uma realidade física na forma de código simbólico no cérebro ou em uma máquina (Varela, 1988, p. 37-8 – tradução minha).

Convergindo com as raízes brentanianas, em termos cognitivistas, as noções de representação e intencionalidade significam:

6 Em *Perceiving* (1957), de modo exemplar, Roderick Chisholm propõe uma interpretação linguística do sentido brentiano de intencionalidade em que sentenças descrevendo estados intencionais (com c) são intencionais (com s) ou não-extensionais. Segundo Chisholm, trata-se de um critério de distinção em que as sentenças de uma linguagem são usadas para descrever os fenômenos intencionais. Como consequência, Chisholm deriva o exame da intencionalidade (com c) do exame das sentenças descritivas e atributivas de intencionalidade (com s).

- (a) Intencionalidade: propriedade de um estado mental de *ser sobre* um objeto ou estado de coisas no mundo. O estado mental torna-se significativo de acordo com essa propriedade.
- (b) Representação: uma realidade interna (pensamentos, ideias, conceitos, etc.) representa uma realidade externa

A princípio, a questão da reciporacidade entre representação e intencionalidade pode ser entendida em dois sentidos. Enquanto o primeiro sentido está relacionado ao estudo científico da cognição, o segundo é filosófico. Os dois sentidos estão inter-relacionados. O problema é, contudo, explicar como um tipo de realidade interna pode *ser sobre* alguma coisa no mundo. Face a tal problema, do ponto de vista representacionista em filosofia da mente e na segunda geração das ciências cognitivas dos anos 70 e 80, a solução consiste em adicionar um tipo especial de intermediário entre o pensamento e o objeto. Segundo a chamada hipótese cognitivista clássica (acima descrita por Varela), para dar conta de explicar a cognição é necessário postular, de forma simbólica, *representações mentais* (na constituição das atitudes proposicionais) que sejam a base da própria cognição: ou seja, representações que constituam a base da relação entre o interior do organismo (ou máquina) e o mundo exterior. O problema consiste, de novo, em explicar como representações mentais podem *ser sobre* alguma coisa no mundo (Chemero, 2011, p. 30).

Uma alternativa de lidar com esse problema talvez seja, como assinala Francisco Varela (1988, p. 98), assumirmos que *exeunt* as representações. Ou seja, assumindo um movimento de mudança na perspectiva filosófica, reconsiderar pragmaticamente nossa compreensão da intencionalidade fora da sombra da representação.

O princípio do pragmatismo de James e Peirce

Segundo Peirce, James apresenta o pragmatismo como um “método” cujo objetivo é tornar as ideias claras determinando suas consequências práticas:

O termo [pragmatismo] é derivado de π α μ α , que significa ação, de onde vêm nossas palavras ‘prática’ e ‘prático’. Foi introduzido pela primeira vez na filosofia pelo Sr. Charles Peirce em 1878. Em um artigo intitulado ‘Como tornar nossas ideias claras’ [...] o Sr. Peirce, depois de apontar que nossas crenças são

realmente regras para a ação, disse que, para desenvolver a significação de um pensamento, precisamos apenas determinar qual conduta ele está apto a produzir: essa conduta é, para nós, a única significação [...] Este é o princípio de Peirce, o princípio do pragmatismo James, [1907] 2000, p. 25 – tradução minha).

Ao ampliar o escopo do princípio de Peirce, apresentado em *How to make clear our ideas* ([1878] 1966, p. 123) ([1878] 1966, p. 123), em *What Pragmatism means* ([1907] 2000, p. 25), William James considera seus efeitos psicológicos na vida cotidiana além de ser unicamente uma restrição lógica em nossa compreensão de um conceito. Apesar das divergências quanto à compreensão do princípio do pragmatismo por Peirce e James, ambos parecem concordar que a própria noção de significação não depende da exigência de representação mental (em termos de conteúdo proposicional) e a significação consiste antes em um processo baseado em efeitos práticos orientando nossos pensamentos⁷. Para James ([1907] 2000, p. 25-6), em particular, o pragmatismo (como método) procura “interpretar cada noção traçando sua consequência prática”.

Em se considerando o princípio do pragmatismo de James e Peirce, em particular, a ideia é que os termos psicológicos (como crenças, por exemplo) possam ter suas significações alteradas temporariamente e, portanto, não funcionariam como codificação dos estados mentais⁸. Para James, o princípio do pragmatismo reside em seus efeitos práticos: “para desenvolver a significação de um pensamento, precisamos apenas determinar qual conduta ele está apto a produzir: essa conduta é para nós a única significação” (James

7 É importante, contudo, não se confundir as respectivas compreensões de Peirce e James sobre o pragmatismo (ver Wiener, 1966, p. 181). Por muitas vezes, o próprio Peirce insistiu que sua compreensão do pragmatismo tinha sido mal compreendida. Para expressar a definição original, Peirce (CP 5: 414) propõe o uso do termo ‘pragmaticismo’ na medida em que, segundo ele, esclarecer o significado de um conceito é identificar o hábito que ele produz. No que diz respeito à incorporação de James do princípio do pragmatismo de Peirce, de fato, ele concede a ele um uso mais abrangente no curso da experiência humana. Seguindo essa linha de pensamento e incorporando a incorporação de James do princípio pragmático de Peirce, neste artigo, usarei a expressão ‘o princípio pragmático de Peirce e James’.

8 Na filosofia da mente, as teorias representacionais assumem que as atitudes proposicionais são codificações dos estados mentais e, em termos gerais, expressam termos da psicologia popular. O termo ‘crença’ é considerado o exemplo canônico de atitude proposicional. Em ‘A acredita p’, por exemplo, o verbo ‘crer’ expressa a relação de um agente cognitivo (A) e uma proposição (P) que representa o conteúdo mental atribuído ao agente: ‘João (A) acredita que as águias são aves de rapina eficientes’ (P). Como as proposições são semanticamente avaliáveis, elas podem representar corretamente o mundo. Levando em conta o princípio pragmático de James, dificilmente se pode pensar na significação dos termos mentais como sendo representados por atitudes proposicionais. No caso das crenças, pragmaticamente, a significação está longe de expressar um conteúdo representacional e é muito mais uma referência à ação e aos efeitos práticos das nossas ações de pensamento. Para Peirce, aliás, uma crença estabelece uma ‘regra de ação’ ou um ‘hábito’: “crença é uma regra de ação [e] a essência da crença é o estabelecimento de um hábito, e diferentes crenças se distinguem pelos diferentes modos de ação a que dão origem” (Peirce, [1878] 1966, p. 121 – tradução minha).

[1907] 2000, p. 25). De acordo com a concepção de James de “método pragmático”, cada noção deve ser interpretada traçando suas respectivas consequências práticas” (James [1907] 2000, p. 25). Em *Will to Believe*, por exemplo, esse aspecto metodológico do pragmatismo é sistematicamente posto em prática por James.

Seguindo o princípio pragmático de Peirce, James assinala a relevância da noção de consequências práticas no contexto das comunidades humanas. Em *A vontade de crer*, dedicado a Peirce e no qual James apresenta o método pragmático (como teoria da significação), ele afirma que, em algumas circunstâncias, alguém está justificado a acreditar em uma proposição, mesmo que haja poucas evidências para isso. Nesse caso, o mais importante é que a crença adquira uma significação dinâmica uma vez que é socialmente justificada em uma comunidade. Na visão de James, portanto, as crenças incorporam valor efetivo como sendo ferramentas úteis na vida humana que permitem lidar com a realidade: “uma ideia é ‘verdadeira’ desde que acreditemos que é benéfica para nossas vidas [e] seria melhor para nós acreditar nessa ideia, a menos que a crença nela incidentalmente colidisse com outros benefícios maiores da vida” (James, [1907] 2000, p. 37-8).

De acordo com o princípio pragmático de James e Peirce, uma vez que a significação dos nossos pensamentos adquire uma forma dinâmica, as crenças estão longe de serem representações estáticas do mundo e indicam um sentido muito mais prático. Se alguém acredita que ‘as águias são aves de rapina eficientes’, isso certamente tem “consequências práticas satisfatórias que se espalham holisticamente em toda uma comunidade” (Malachowski, 2013, p. 43): isto é, a crença “as águias são aves de rapina eficientes” está holisticamente mesclada em um *continuum* experiencial de fato, significação e contexto.

No seu capítulo seminal *The Stream of Thought in Principle of Psychology*, antecipando o princípio pragmático, James ([1890] 1983, p. 250) torna explícito uma forma de pensamento-processo sobre a significação: “Pois o importante sobre uma linha de pensamento é a sua conclusão. Essa é a significação ou, como dizemos, o tema do pensamento”. Nesse mesmo capítulo, ademais, James ([1890] 1983, p. 255) afirma que a ‘significação’ de uma palavra, tomada dinamicamente, em uma sentença se torna bem diferente quando tomada estaticamente ou fora de contexto. Em ‘Colombo descobriu a América em 1492’, conforme observado por James, a significação está em toda a frase nem mais nem menos (James, [1890] 1983, p. 265). Ao criticar a psicologia associacionista, em particular, James argumenta que a significação de ‘Colombo descobriu a América em 1492’ não pode ser reduzido a ideias individuais como ‘Colombo’, ‘América’ ou ‘a descoberta da América’: ou seja, a significação está no processo de desenvolvimento da sentença como um todo.

Como uma importante lição tirada do princípio pragmático de James (e Peirce), uma vez que não há significação intrinsecamente determinada nos nossos pensamentos, a noção mesma de significação se insere e se desenvolve em diferentes contextos das nossas condutas. Se considerado o princípio pragmático, os termos psicológicos ('crença', por exemplo) ganham significação de acordo com possíveis diferenças práticas no curso das nossas ações de pensamento ao invés de serem representações codificadas por atitudes proposicionais.

Intencionalidade como processo: William James e a deflação pragmática da reciprocidade entre intencionalidade e representação

No contexto 4Es em filosofia da mente, notadamente, observa-se uma distensão entre duas perspectivas: de um lado, o enativismo; de outro, a visão de mente estendida. Desde Francisco Varela (*et al.*, 1993), enquanto o enativismo se desenvolve segundo uma perspectiva fenomenológica, o extensionismo tende a gravitar em torno de um núcleo dinamista (Clark, 2011; Chemero & K ufer, 2016; Rowlands, 2018). Embora os enativistas reconheçam a cogni o como parte de um processo dinâmico que cria e sustenta tanto o organismo quanto o ambiente ao qual ele está respondendo, eles insistem na diferença entre "incorpora o" e "a simples extensão na rela o corpo-mente-ambiente" (Thompson & Stapleton, 2009, p. 24). Segundo a perspectiva enativista em linha com a tradi o fenomenológica de Merleau-Ponty, a atividade de 'sense-making' seria sinônimo de ena o. A ideia   que os organismos transformam o mundo em valores e signific es ambientais (Thompson & Stapleton, 2009, p. 25).

Latente nessa ideia de transforma o do mundo em valores e signific es ambientais, está uma compreensão fenomenológica de intencionalidade: uma forma de intencionalidade que se designa "não-derivada" no sentido de ser uma constru o entre movimentos corporais hábeis em conjunto com as demandas ambientais (Newen, de Bruin & Gallagher, 2018, p. 10). Do ponto de vista extensionista, contudo, o trin mio 'corpo-mente-ambiente' integra uma rede de rela es em que intencionalidade resultaria mais da dinâmica de um processo do que a simples extensão da mente em rela o ao ambiente. Na minha compreensão, o que os enativistas entendem como 'sense-making' (Di Paolo, Rohde & De Jaegher, 2010, p. 39) a transa o organismo-ambiente teria um caráter derivativo da rede dinâmica de rela es integrando o trin mio 'corpo-mente-ambiente'. Somente na superfície enativismo e extensionismo são similares e as divergências são mais profundas do que se supõe (Rowlands, 2009). Em convergência com o extensionismo em

filosofia da mente, o aspecto derivativo da intencionalidade me parece estar no cerne do pragmatismo de William James.

Segundo James, se considerado que o termo ‘pragmatismo’ significa ‘ação’ e que a significação do pensamento reside em seus efeitos práticos, deve-se notar que o pragmatismo se opõe a uma perspectiva representacionista da intencionalidade na medida em que é uma filosofia da ação (Kilpinen, 2009). Em consequência, as diferenças são claras entre a compreensão de intencionalidade de James e o representacionismo de Husserl (incluindo seu mestre Brentano). Na teoria da significação de James, conforme apresentada nos seus textos sobre o pragmatismo, a crítica à noção de representação mental é flagrante:

Ao longo da história da filosofia, o sujeito e seu objeto foram tratados como entidades absolutamente descontínuas [...] As teorias representativas colocam uma “representação”, “imagem” ou “conteúdo” mental na lacuna, como uma espécie de intermediário. (James, [1907] 1978, p. 61 – tradução minha).

Se considerada a questão da intencionalidade, fica evidente que uma abordagem pragmática de pensamento recusa a condição da representação mental: tendo como ponto de partida a dissolução de uma concepção internalista de mente, a representação mental já não é mais entendida com a condição de ser da intencionalidade.

É a título de uma teoria da significação que o pragmatismo de James pode ser visto como uma ferramenta de reconsideração conceitual da intencionalidade. Além disso, James não negligencia a intencionalidade. O que ele desenvolve é uma deflação da noção britânica da inexistência intencional (James, [1909] 2000, p. 144). De acordo com o princípio do pragmatismo de James (e Peirce), explicar a intencionalidade do pensamento consiste em explicar como ele se dirige à realidade e também em mostrar que a significação da intencionalidade reside nos efeitos práticos aos quais o pensamento conduz. Fica claro aqui que uma concepção pragmática da intencionalidade estabelece uma clara diferença entre significação e representação: na medida em que a significação da intencionalidade reside nos efeitos práticos do pensamento, ela não tem como condição ser representação em qualquer sentido.

Cabe aqui reconsiderar a aplicação do princípio do pragmatismo de James (como teoria da significação) e analisar em que medida ela fornece elementos para uma concepção pragmática da intencionalidade. O primeiro ponto que merece ser enfatizado é que a significação de um pensamento está em seus efeitos práticos e, portanto, os

pensamentos não têm significação intrínseca. O segundo elemento que vale destaque é que a significação da intencionalidade é uma referência à ação do pensamento. Nesse sentido, de acordo com o princípio do pragmatismo de James, a intencionalidade é mais uma questão de dinâmica do pensamento do que representação. Em *Some Metaphysical Problems Pragmatically Considered*, apresentação do método pragmático, James explora a propriedade disposicional do pensamento e exclui a ideia de significação intrínseca. Na citação de James a seguir, vemos a dimensão disposicional dos pensamentos como modos de significação:

O giz, a madeira e a lã mostram novamente, apesar de suas diferenças, propriedades comuns, e até agora eles próprios são contados como modos de uma substância ainda mais primordial, a matéria, cujos atributos são a ocupação do espaço e a impenetrabilidade. Da mesma forma, nossos pensamentos e sentimentos são afeições ou propriedades de nossas várias almas, que são substâncias, mas novamente não totalmente em si mesmas, pois são modos da substância ainda mais profunda 'espírito' [...] Um grupo de atributos é o que cada substância aqui é conhecida como, elas formam seu único valor efetivo para nossa experiência real (James, [1907] 2000, p. 41 – tradução minha).

Na medida em que os pensamentos são modos, eles se mostram como disposições e não episódios de representação. Enquanto os episódios indicam uma realidade interna, as disposições são referências a relações externas de significação. A noção de disposição, portanto, consiste em um modo de relação externa de significação entre pensamento e objeto. Assim, do ponto de vista de James, a intencionalidade indica mais uma dinâmica do pensamento do que um episódio interno de representação. Aqui, oportunamente, podemos comparar a citação anterior de James com o que Gilbert Ryle chama de 'disposição' em contraste com a ideia de um episódio interno de representação da mente. Em seu *The concept of mind* ([1949] 2009), Ryle argumenta que a mente não é uma coisa dotada da propriedade de representar o mundo. Para ele, o que determina a significação dos conceitos mentais é uma disposição de acordo com um modo particular em uma circunstância apropriada e não como indicação da existência de episódio interno:

Quando descrevemos o vidro como quebradiço ou o açúcar como solúvel, estamos usando conceitos disposicionais, cuja força lógica é esta. A fragilidade do vidro não consiste no fato de ele estar em um determinado momento sendo realmente pressionado. Ele pode ser quebradiço sem nunca ter sido trepidado. Dizer que é quebradiço é dizer que, se alguma vez for, ou se alguma vez tiver sido, golpeado ou forçado, voaria, ou teria voado, em fragmentos. Dizer que o açúcar é solúvel é dizer que ele se dissolveria, ou teria se dissolvido, se imerso em água [...] O mesmo é verdade sobre disposições especificamente humanas, como qualidades de caráter. O fato de eu ser um fumante habitual não implica

que eu esteja fumando neste ou naquele momento; é minha propensão permanente fumar quando não estou comendo, dormindo, dando palestras ou participando de funerais, e não tenho fumado recentemente (Ryle, [1949] 2009, p. 31 – tradução minha).

Tendo apresentado o método pragmático também como uma teoria da significação, James o aplica à explicação de questões metafísicas tradicionais como, por exemplo, a de saber se a realidade é matéria ou espírito. James se esforça para mostrar que essas questões devem ter significação prática e diferença na vida humana. Seguindo essa linha de raciocínio, podemos aplicar o método pragmático à explicação do conceito de intencionalidade. Se não podemos ver no conceito de intencionalidade nenhuma consequência ou diferença prática nos nossos pensamentos, então ela não significa nada concretamente, o que equivale a dizer que é ela apenas pura abstração intelectual.

Aqui, novamente, segundo o princípio do pragmatismo de James (e Peirce), a ideia de que a significação de um conceito reside em consequência prática dos nossos pensamentos encontra um equivalente na concepção de Ryle sobre a significação conceitual:

Quando um objeto é descrito como duro, não queremos dizer apenas que ele resistiria à deformação; queremos dizer também que ele emitiria, por exemplo, um som agudo se atingido, que nos causaria dor se tocássemos em contato com ele, que objetos resistentes ricocheteariam nele e assim por diante indefinidamente (Ryle, [1949] 2009, p. 32 – tradução minha).

Considerando que a significação do pensamento reside em disposição, é importante indicar aqui que, em *The tigers in India*, James empreende uma deflação do conteúdo representacional da intencionalidade. Esse texto é a segunda parte de *The meaning of truth* ([1909] 1978) que se seguiu às conferências sobre pragmatismo (1907). James não nega a intencionalidade do pensamento. O que ele procura mostrar é que a noção britânica de inexistência intencional carece de sentido visto que a intencionalidade seria apenas um intermediário entre pensamento e objeto. Para James, a aceitação da intencionalidade não significa que a relação entre pensamento e objeto pressupõe um intermediário como um tipo de representação mental. Embora de forma latente, a primeira parte de *The tigers in India* mostra uma concepção pragmática da intencionalidade que, por exemplo, se opõe às teorias da representação mental em filosofia da mente.

Na primeira parte de *The tigers in India*, apesar da referência indireta a Brentano (2005 [1874]), James (2000 [1909], p. 142-143) argumenta que a intencionalidade não implica as noções de ‘presença na ausência’, ‘autotranscendência’ ou ‘inexistência intencional’ dos

conteúdos mentais. James rejeita qualquer intencionalismo representacionista. Do ponto de vista representacionista na filosofia da mente, a ideia significa que os pensamentos são representados por atitudes proposicionais e são referências a objetos ou estados de coisas no mundo. James defende, ao contrário, uma concepção de intencionalidade segundo a qual, mesmo no caso em que os pensamentos se dirigem a objetos, sua significação não é, de forma alguma, um tipo de representação que possa ser representada por atitudes proposicionais (Jackman, 1998, p. 1-2).

Se considerarmos a intencionalidade sob um ângulo pragmático, certamente, ela não terá uma significação brentaniana ou neobrentaniana. Na medida em que James deflaciona drasticamente o sentido transcendental da intencionalidade, ela resulta mais da função de ajustamento [*fitting*] entre pensamento e objeto segundo a dinâmica da experiência: ou seja, a transição entre estado mental e objeto consiste em um processo intra-experiencial:

O que queremos dizer com conhecer os tigres [na Índia] é apontar mentalmente para eles enquanto nos sentamos aqui [...] Em tudo isso, não há autotranscendência em nossas imagens mentais tomadas por si mesmas. Eles são um fato fenomenal; os tigres são outros; e apontar para os tigres é uma relação intra-experiencial perfeitamente corriqueira (James, [1909] 2000, p. 142-143 – tradução minha).

Para James, portanto, a intencionalidade denota os modos pelos quais o pensamento pode conhecer objetos fora da mente. Nesse sentido, a intencionalidade é mais uma ação do pensamento sobre o objeto do que uma representação. Que os pensamentos tenham uma representação subjacente a eles em termos da inexistência intencional, isso não parece determinar uma condição de significação da intencionalidade. A significação de visar os tigres na Índia reside nos efeitos práticos das proposições que não contradigam nossos pensamentos sobre tigres em termos gerais:

O apontar de nossos pensamentos para tigres é conhecido simples e unicamente como uma procissão de associações mentais e consequências motoras que seguem o pensamento e levariam harmoniosamente, se seguidas, a alguns contextos ideais ou reais, ou mesmo à presença imediata de tigres. É conhecido como nossa rejeição a uma onça, se essa besta nos fosse mostrada como um tigre; como nosso consentimento para um tigre genuíno, se assim for demonstrado. É conhecida como nossa capacidade de proferir todos os tipos de proposições que não contradizem outras proposições que são verdadeiras para os tigres reais (James, [1909] 2000, p. 142-3 – tradução minha).

Nos termos de James, a intencionalidade significa um processo de ajustamento [fitting] do pensamentos ao objeto que não se determina por representações mentais. É uma concepção de intencionalidade que segue o princípio do pragmatismo segundo o qual a significação (intencional) dos pensamentos é mais a referência a um processo do que a representações internas. Segundo James, a relação intencional entre pensamento e objeto é uma operação accidental de ajuste externo e não significa um tipo misterioso de representação na mente:

Apontar significa aqui uma operação tão externa e accidental quanto qualquer outra que a natureza produz [...] Uma pedra em um campo pode “encaixar”, dizemos, em um buraco em outro campo. Mas, a relação de “encaixe”, desde que ninguém carregue a pedra até o buraco e a jogue, é apenas um nome para o fato de que tal ato pode acontecer. Da mesma forma com o conhecimento dos tigres aqui e agora (James, [1909] 2000, p. 136 – tradução minha).

Segundo uma concepção pragmática de intencionalidade, James deflaciona as noções Brentanianas e neobrentanianas de representação do conteúdo mental. Segundo ele, a intencionalidade é antes um “apontar a” [pointing to] do pensamento que dispensa a duplicação do conteúdo mental entre o ato de visar e o objeto visado. Para James, em resumo, na medida em que a intencionalidade se refere concretamente a um processo dinâmico de ajustamento pensamento-objeto, em nada ela tem a ver com representação. Em convergência com a perspectiva 4Es, a ideia é que uma concepção pragmática de intencionalidade dispensa a noção de representação mental como intermediário entre mente e mundo.

James, pragmatismo, intencionalidade, 4Es

O principal tópico que explorarei nesta última parte do artigo é a contribuição do pragmatismo de William James, bem como sua forma de empirismo, à questão da intencionalidade em relação à noção da mente estendida (Clark & Chalmers 1998; Rupert, 2009; Rowlands 2010; Clark 2011). Em sua concepção de pragmatismo, claramente, James desenvolve uma teoria da significação (como “método pragmático”) ao enfatizar que a significação do pensamento está na ação à qual ele conduz. Sendo uma teoria da significação, em particular, o pragmatismo de James expressa uma concepção de intencionalidade.

Neste último tópico, em resumo, vou desenvolver o que chamo de *extensionismo radical* minha abordagem da intencionalidade. O que está em questão é, assim como

entendo, um embate entre enativismo e extensionismo em o torno do sentido de intencionalidade no contexto 4Es em filosofia da mente⁹. Na minha compreensão, entre significativas diferenças, os respectivos sentidos de *sense-making* adotados por enativistas e extensionistas expressam uma distensão filosófica mais aguda. Segundo os enativistas (Di Paolo, Rohde & De Jaegher, 2010, p. 39), a transação organismo-ambiente consiste em uma forma de *sense-making* como “criação e apreciação de significação”. Latente nessa concepção enativista de *sense-making* desde Varela *et al.* (1993), encontra-se um sentido de intencionalidade descendente da fenomenologia de Merleau-Ponty.

O que vou desenvolver aqui, contrariamente ao enativismo, é uma abordagem do sentido de *sense-making* como derivado do processo dinâmico integrando uma rede de relações no trinômio ‘corpo-mente-ambiente’. Segundo o pragmatismo e a forma de empirismo de James, a ideia é que, como sinônimo de *sense-making*, a intencionalidade resulta de um processo seletivo emergindo da dinâmica da experiência. Como ilustração do embate entre enativismo e extensionismo, considerarei duas possíveis compreensões do sentido de *sense-making*.

Em *Making Sense of Sense-Making: Reflections on Enactive and Extended Mind Theories* (2009), clara e precisamente, Evan Thompson e Mog Stapleton exploram as diferenças entre a abordagem enativista e a tese da mente estendida. Como noções nucleares no artigo, Thompson e Stapleton consideram autonomia e *sense-making*. Segundo, não se pode assimilar “incorporação” como simples extensão na relação corpo-mente-ambiente. Como ilustração dessa distinção, eles exploram a situação de bactérias móveis nadando e escalando um gradiente alimentar de açúcar:

As células giram até atingirem uma orientação que aumenta sua exposição ao açúcar, ponto em que nadam para frente, gradiente ascendente, em direção à zona de maior concentração de açúcar (Thompson & Stapleton, 2009, p. 24 – tradução minha).

Para Thompson & Stapleton (2009, p. 25), diante desse quadro, o açúcar não tem significação ou valor intrínsecos e, contudo, ele se torna significativo em função da organização autônoma do metabolismo bacteriano. A ideia é, em mundo abundante de elementos ambientais, somente alguns desses elementos serão transformados em itens

⁹ Sobre intencionalidade e 4Es em filosofia da mente, ver Rietveld, Denys & van Westen (2018); Rowlands (2018).

significativos pela atividade de *sense-making* do organismo (Thompson & Stapleton, 2009, p. 25): “*sense-making* é o lado interacional e relacional da autonomia”. Tomando como referência a fenomenologia de Merleau-Ponty, Thompson e Stapleton entendem que a atividade de *sense-making* é comportamento ou conduta na qual o organismo ele mesmo *enage* e cria um mundo de significação e valor. Desse modo, conforme a força da capacidade corporal, os organismos vivos incorporam processos ambientais em uma rede operacionalmente fechada que constitui sua própria autonomia. Na medida em que a atividade de *sense-making* representa um processo de significação incorporada, ela indica o sentido de uma intencionalidade não-derivada como o acoplamento orientado na transação organismo-ambiente. Este me parece ser o quadro que resume o sentido enativista de *sense-making*.

O que exploro a seguir é o sentido extensionista de *sense-making* segundo o pragmatismo e a forma radical de empirismo de William James. O que os enativistas consideram ser a atividade de *sense-making* a expressão fenomenológica da autonomia do organismo, na minha compreensão, significa um aspecto derivado da dinâmica da experiência e a que chamo de *extensionismo radical*. Partindo de um ponto de vista pragmático e empírico nos termos de James, o que tenho em mente é a deflação do sentido fenomenológico de *sense-making*.

Em *A world of pure experience* (1904), William James insiste em caracterizar a experiência como um processo no tempo. Assim como a forma do campo visual, James afirma que o campo da experiência (no sentido de mundo experienciado) é igualmente “franjado” e “sem limites bem definidos” (James, 1977, p. 207). Como muito bem observa Joel W. Krueger em *James on experience and the extended mind* (2006), uma vez que James descreve a experiência como processo temporal, um paralelo se estabelece com as concepções de mente no contexto das 4Es: a ideia de que, como parte de um processo, a mente se estende, de modo franjado com o ambiente, além do corpo do organismo. Derivado desse processo, nos termos do pragmatismo James, podemos compreender a intencionalidade como uma operação accidental de ajuste externo entre mente e mundo (como, segundo a imagem do próprio James, uma pedra, em um campo, pode “encaixar, em um buraco em outro campo). A ideia de ajuste externo me parece compreender o caráter extensivo da intencionalidade como um processo derivado da dinâmica ‘mente-corpo-ambiente’. Nos termos do que chamo de extensionismo radical no contexto das 4Es em filosofia da mente, em particular, essa ideia de ajuste externo sugere a dissolução do chamado “problema da constituição” (Newen, de Bruin & Shaun Gallagher, 2018, p. 7).

Embora não argumentarei aqui, entendo que não se trata de considerar se, empírica, pragmaticamente ou a priori, um processo cognitivo particular é constituído

ou meramente dependente de processos extracranianos ou processos extracorporais. Segundo o pragmatismo e a forma radical de empirismo de James, nem constituição nem dependência! Como mostrarei a seguir, James desenvolve um núcleo epistemológico em termos do caráter temporal e dinâmico da experiência. Nesse sentido, em um primeiro momento, se diferenciam as partes ‘interior’ e ‘exterior’ (ao organismo) a partir do próprio fluxo da experiência; e, em um segundo momento, por um processo de transição contínua entre essas partes, desenvolvem-se as “relações cognitivas”. Nos termos de James, essa transição significa a diferenciação cognitiva entre as partes da experiência: “são essas relações de contínua transição vividas que tornam cognitivas nossas experiências. Nos casos mais simples e completos, as experiências são cognitivas umas das outras” (James, [1904] 1996, p. 87-8).

Publicado originalmente em *Mind* (1879), o artigo *Are we automata?* será revisado e incorporado ao Capítulo V, *The Automaton-Theory*, em *The Principles of Psychology* (1890). Nesse artigo, em oposição a uma visão mecanicista, James explora uma compreensão de mente/consciência como um processo funcionalmente seletivo. No seminal Capítulo *The Stream of Thought*, ademais, como quinta característica do pensamento, James assinala que, na dinâmica do fluxo de pensamento, “ele está sempre interessado mais em uma parte do seu objeto do que em uma outra, recebe e rejeita, ou escolhe [e que, portanto,] o ato de pensar não é senão uma outra forma da atividade seletiva da mente” (James [1890] 1983, p. 273; 276).

Para James, contudo, a atividade seletiva da mente supõe um certo parâmetro de ordenação da experiência: “sem interesse seletivo, a experiência é um caos absoluto. O interesse por si mesmo dá acento e ênfase, luz e sombra, fundo e primeiro plano – perspectiva inteligível, em uma palavra” (James [1890] 1983, p. 381). Embora seja uma atividade da mente, o interesse não se refere a um mero produto da vontade; é antes uma exigência vital que se desenvolva de forma dinâmica entre organismo e meio. Nesse sentido, por exemplo, James expõe críticas contundentes ao darwinismo mecanicista de Herbert Spencer no sentido de que mostrar que muito mais do que se conformar ao meio, o interesse é um elemento essencial no processo de estruturação da mente em sua relação com as variações espontâneas do pensamento em cooperação com o ambiente: ou seja, como produto de uma exigência vital, a mente se desenvolve como um processo funcionalmente seletivo segundo uma dinâmica que ordena e transforma o caos da experiência em uma perspectiva inteligível.

Assim como o interesse corresponde a uma exigência vital, a própria noção de experiência também incorpora o mesmo sentido quando James afirma que a ‘experiência pura’ se refere ao ‘fluxo imediato da vida’: ou seja, “aquilo” [“that”] do qual se experencia

diretamente e que antecede ao “o que” [“what”] da reflexão (James, 1977, p. 171; 173-4). Nessa dimensão que se pode compreender como “proto-fenomenológica” (Heft, 2001, p. 26), a experiência é ‘pura’ no sentido de ser inqualificável e destituída de distinção mente e mundo ou consciência ou matéria. É a experiência apreendida segundo a ordem temporal dos acontecimentos imediatos da vida sem duplicação interna ou transcendência do conteúdo experienciado. Como campo instantâneo do presente, ademais, só virtual ou potencialmente sujeito e objeto emergem do fluxo da experiência enquanto atualidade ou existência inqualificada ou simplesmente um “aquilo” (James, 1977, p. 177). Nos termos da sua forma radical de empirismo, por ‘puro’, James designa o fato do que é concretamente experienciado:

Para ser radical, um empirismo não deve admitir em suas construções nenhum elemento que não seja diretamente experienciado, nem excluir delas qualquer elemento que seja diretamente experienciado. Para tal filosofia, as relações que conectam as experiências devem ser elas mesmas relações experienciadas, e qualquer tipo de relação experienciada deve ser considerada como “real” como qualquer outra coisa no sistema (James, 1977, p. 195 – tradução minha).

Como assinala Harry Heft (2001, p. 27), na medida em que todas as relações são elas mesmas relações experienciadas, segundo a dinâmica da experiência, é conforme essa dinâmica que se desenvolve o núcleo epistemológico do empirismo de James (Heft, 2001, p. 27): a característica que define o conhecer [knowing] é a ‘seletividade’, ou seja, conhecer é, desde o início, uma função seletiva em que porções da experiência são conectadas e diferenciadas. Nos termos de James, nesse processo, que engendra uma estrutura contínua, nenhum elemento transempírico exerce função e todos os elementos de cognição se derivam de um processo de seleção inerente à própria dinâmica da experiência.

Como ilustração desse processo de seleção empírica dos elementos de cognição, em *The Place of Affectional Facts in a World of Pure Experience* ([1905] 1977), James argumenta que, na experiência humana, as coisas podem possuir diferentes qualidades: a mesma coisa pode significar propriedades físicas (quando tomadas em um contexto da experiência) e propriedades de um valor psíquico (quando tomadas em outro contexto). Para James, contudo, o que determina a seleção de um contexto cognitivo (se físico ou psíquico) resulta da própria dinâmica da experiência: a preciosidade de um diamante em um contexto da experiência é uma qualidade da gema e, em outro, é um sentimento da nossa mente. Em *On a Certain Blindness in Human Beings*, complementarmente, afirma James:

Nossos julgamentos sobre o valor das coisas [...] dependem dos sentimentos que as coisas despertam em nós. Onde julgamos uma coisa preciosa [...] é apenas porque a própria ideia já está associada a um sentimento (James [1899] 2009, p. 1 – tradução minha).

Considerando os sentimentos [*feelings*] que as coisas despertam em nós, a preciosidade de um diamante expressa um “fato afetivo” (Heft, 2017, p. 122). Na medida em que se desenvolve uma relação dinamicamente constante conectando os contextos da experiência, a diferenciação de um sentimento (como ‘preciosidade de um diamante’) é derivada de um processo de seleção inerente ao próprio fluxo de experiência (mais do que de uma atividade intelectual de separação entre objetivo e subjetivo). Como a estrutura da experiência varia ao longo do tempo, a seleção se desenvolve na dinâmica dessa estrutura e define distintos contextos cognitivos.

Para James, dado o caráter temporal da experiência, não se pode afirmar que fatos objetivos e afetivos representam domínios cognitivamente isolados entre si. Em vez disso, quando considerada a afirmação ‘a preciosidade de um diamante é uma qualidade da gema’, se, em um contexto da experiência, o ‘é’ corresponde a uma descrição objetiva, em outro, ele expressa um sentimento de apreciação subjetiva¹⁰. Em função do caráter dinâmico e plural da experiência, não há a significação fixa de um conteúdo cognitivo (como ‘a preciosidade de um diamante é uma qualidade da gema’ ou ‘a preciosidade de um diamante um sentimento da nossa mente’). Segundo a forma radical do empirismo de James, as coisas são sentidas e selecionadas em certos contextos da experiência em que elas incorporam distintas significações objetivas ou subjetivas:

Como ‘subjetivo’ dizemos que a experiência representa; como ‘objetivo’ ela é representada. O que representa e o que é representado são aqui numericamente o mesmo; mas devemos lembrar que nenhum dualismo entre ser representado e representar reside na experiência per se. Em seu estado puro, ou quando isolado, não há autodivisão dela em consciência e no que a consciência é ‘de’. Sua subjetividade e objetividade são apenas atributos funcionais, realizados apenas quando a experiência é ‘tomada’, isto é, falada, duas vezes, considerada junto com seus dois contextos diferentes respectivamente (James, [1904] 1977, p. 177 – tradução minha).

10 Tomando como referência a conjugação entre o pragmatismo e a forma radical de empirismo de William James, pode-se compreender a intencionalidade como um processo dinâmico se estendendo em determinados contextos. Nesse sentido, sendo uma espécie de background, ‘contexto’ equivale aos aspectos ambientais que são dinamicamente incorporados ao processo transacional entre organismo e mundo. Nas palavras de Gregory Bateson (1979, p. 14), aliás, “nada tem significação exceto que seja visto como em algum contexto [...] E ‘contexto’ está associado a outra noção indefinida chamada ‘significação’” (tradução minha).

Nos termos do empirismo de James, diferentemente da interpretação de Thompson e Stapleton, se considerada a situação das bactérias (móveis nadando e escalando um gradiente alimentar de açúcar), se o açúcar se torna significativo, isso resulta de uma dinâmica em que as coisas são sentidas e selecionadas em certos contextos da experiência e assim incorporam distintas significações (objetivas ou subjetivas). Nesse sentido, como sinônimo de intencionalidade, entendo que a atividade de *sense-making* expressa um aspecto derivado da dinâmica da experiência no sentido de resultar de uma seleção acidental de ajuste externo entre organismo e ambiente.

Em sua excelente leitura do empirismo de James, Harry Heft (2001, p. 37) lembra que, como modos de ‘conhecer’ [*knowing*], ‘perceber’ [*perceiving*] e ‘pensar’ [*thinking*] são produtos de processos seletivos. Nesse sentido, como assinala Heft, na medida em que o mundo se apresenta com potencial cognitivo, todos os objetos possíveis de cognição estão baseados em seleção e interesse. E se o interesse organiza o caos da experiência em uma perspectiva cognitivamente inteligível, isso resulta de um processo seletivo inerente ao próprio fluxo da experiência. Como assinalado no parágrafo anterior em relação à significação do açúcar, se a significação resulta de um elemento de interesse, a matriz da qual o interesse emerge é derivada de uma atividade dinâmica em que seletivamente se diferenciam os distintos contextos cognitivos da experiência.

Do ponto de vista do empirismo de James (Heft, 2001, p. 54) em convergência com a perspectiva 4Es em filosofia da mente, os modos de cognição (perceber ou pensar) se ancoram na nossa condição corporal. É com nossos corpos que se desenvolve a seleção cognitiva e, como consequência, o centro do nosso engajamento com o mundo:

O núcleo objetivo da experiência de todo homem, seu próprio corpo, é, verdadeiramente, uma percepção contínua; e igualmente contínuo como uma percepção [...] é o ambiente material desse corpo, mudando por transição gradual quando o corpo se move (James, [1904] 1977, p. 204 – tradução minha).

O mundo experienciado (também chamado de ‘campo da consciência’) sempre vem com nosso corpo como centro, centro de visão, centro de ação, centro de interesse. Onde o corpo está “aqui”; quando o corpo age é ‘agora’; o que o corpo toca é ‘isto’; todas as outras coisas estão ‘lá’ e ‘então’ e ‘aquilo’. Essas palavras de posição enfatizada implicam uma sistematização das coisas com referência a um foco de ação e interesse que reside no corpo [...] Na medida em que ‘pensamentos’ e ‘sentimentos’ podem ser ativos, sua atividade termina na atividade do corpo, e somente despertando primeiro suas atividades podem começar a mudar as do resto do mundo [...] O corpo é o centro da tempestade, a origem das coordenadas, o lugar constante de tensão em todo essa corrente-experiência (James, [1912] 1977, p. 284 – tradução minha).

Como assinala James, segundo uma dinâmica de campo da experiência, o corpo instância núcleo de referência espacial e temporal ('aqui', 'lá', 'isto', 'aquilo', 'agora', 'em seguida' etc.) assim como as ações e os interesses dos nossos pensamentos e sentimentos em relação ao mundo. O uso do termo 'campo' não é gratuito. Nos termos do empirismo de James, compreender a seleção cognitiva do nosso engajamento com o mundo supõe uma dinâmica de campo própria à experiência.

Em suas notas preparatórias para um seminário em psicologia (1895-6), James descreve os dados imediatos da experiência como 'campo': "Campos' que 'desenvolvem', sob as categorias de continuidade uns com os outros [categorias como]: igualdade e alteridade [de] coisas [ou de] correntes de pensamento, realização da significação de um campo no conteúdo de outro campo, 'postulação' de um campo por outro, cognição de um campo por outro etc." (James *apud* Perry, 1976, p. 365). Para James, como a metáfora do campo é inerentemente espacial (Lamberth, 1999, p. 131), ela explicita uma distinção que se torna crucial na sua forma de empirismo em relação à distinção sujeito-objeto. A ideia é que as diferenciações epistemológicas sejam compreendidas em termos de um processo de cognição de um campo (sujeito) por outro campo (objeto).

Considerando a noção de dinâmica de campo, James entende que as categorias epistemológicas possam ser melhor descritas em termos de polos (subjetivos e objetivos) derivados da experiência. Por meio desse processo de cognição de um campo por outro, uma estrutura é selecionada e diferenciada da experiência imediata. Segundo a forma de empirismo de James, contudo, o que precisa ser explicitado é de que forma se desenvolvem os processos de seleção e diferenciação entre os polos da experiência.

Em *Are we automata?* (1879), e posteriormente incorporado com modificações em *The Principles* (1980), James comparou a natureza ativa do perceber com a atividade de um escultor: o que pode ser percebido/esculpido é compelido pelo mundo/mármore. É evidente que as intenções do escultor têm uma função ativa e, no entanto, é importante reconhecer que elas não são simplesmente impostas ao mármore. Em comparação, por mais potente que seja nossas capacidades perceptivas, sempre estaremos compelidos pela resistência do mundo diante de nós. Segundo Harry Heft (2001, p. 55), como um bloco de mármore (não esculpido), o mundo oferece resistência ao longo das linhas de uma estrutura que é lhe inerente (embora ainda não realizada). O que se deve mostrar é de que modo uma estrutura cognitiva é selecionada e diferenciada na dinâmica da experiência segundo uma resistência que é própria a ela.

Em uma longa anotação de trabalho entre 1905 e 1908 (*The Miller-Bode Objections*), James (1988) retoma a noção de campo segundo princípios do eletromagnetismo. Com essa noção, em particular, James sugere de que modo uma estrutura cognitiva é selecionada e diferenciada na dinâmica da experiência. Ele considera que “o efeito mental é um campo como um todo incluindo o eu, o corpo e tudo que está a volta” (James, 1988, p. 107). Embora seja um exemplo ilustrando a solução de James ao problema de como duas mentes podem conhecer a mesma coisa, ele se mostra adequado também à explicitação do modo como uma estrutura cognitiva é selecionada e diferenciada da dinâmica da experiência. Diz James (1988, p. 125): “No mundo físico, embora uma mensagem sem fio se espalhe por todos os lados, ela só é eficaz onde encontra um receptor adequado”.

Como observa Heft (2017, p. 120), se considerada a percepção de um objeto, evidentemente, o receptor adequado seria um percepiente. Na medida em que a mensagem irradia por todos os lados, ela representa a fonte potencial da experiência em direção a eventuais receptores. Retomando a metáfora do mármore, ele representaria a experiência como fonte de irradiação que se espalha dinamicamente por todos os lados e, no entanto, a irradiação ela mesma somente encontraria efetivação significativa diante de um polo receptor.

Por mais tentador que seja ver, na irradiação, um fenômeno de enatividade que ilustra a significação do açúcar como resultante do *sense-making* de bactérias móveis (nando e escalando um gradiente alimentar), não se pode perder de vista que estamos falando de uma dinâmica de campo. Com o advento das teorias de campo em meados do Século XIX, período contemporâneo a James, já não se trata de considerar a descrição da natureza em termos de coisas existindo separadamente (Sachs, 1973, p. 5). O que se apresenta é muito mais um movimento de pensamento que visa uma compreensão da natureza segundo a categoria da continuidade. Com estudo dos campos magnéticos, por exemplo, observou-se que eles são criados por uma dinâmica de cargas elétricas e linhas de força de objetos em interação contínua (Sachs, 1973, p. 6). Com os resultados de Michael Faraday, em particular, a descrição da matéria tende mais aos termos de uma linguagem de campos contínuos de força. Em *The Analysis of Matter* ([1927] 1992), Bertrand Russell assinala que, do ponto de vista do cenário na física contemporânea, nossa compreensão da realidade é mais relacional do que material. De acordo com Russell, com o conceito de campo, a realidade é considerada como processos e eventos mais do que substância e propriedades:

“Eventos” são definidos como o campo da relação de compresença [e] existe o que pode ser chamado de “campo” de eventos causalmente conectados [...] Isso se tornou possível devido ao fato de que a “matéria” pode ser considerada como um sistema de eventos, não como parte do material do mundo” (Russell, [1927] 1992, p. 377; 399; 400-1 – tradução minha).

Quando se fala de campo, portanto, a realidade se converte em processos relacionais de compresença de eventos ou simplesmente campos. Essa ideia me parece estar no centro do empirismo de James: ou seja, espalhando-se por múltiplas direções segundo a dinâmica de um campo, a experiência é um processo de irradiação em que se diferenciam eventos ou polos da realidade.

Como uma lição tirada das teorias de campo, o que enativistas consideram ser a significação (do açúcar) uma resultante da atividade *sense-making* (de bactérias móveis em um gradiente alimentar), nos termos do empirismo de James, ela se deriva de uma dinâmica análoga à dinâmica de um campo eletromagnético. De igual modo, podemos retomar a imagem do mármore (experiência) e compreender que ele se converte em um campo de emissão enquanto o escultor (perceptivo) assume a atividade de recepção. Entendendo *sense-making* como atividade derivativa de uma dinâmica de campo, de modo análogo, podemos considerar o sentido de intencionalidade e, em particular, intencionalidade não-derivada.

Uma vez que James assume a noção de campo como uma função nuclear na sua forma de empirismo, concluirei este artigo com um resumo breve do sentido de intencionalidade não-derivada segundo uma forma de extensionismo radical. Diferentemente de uma perspectiva enativista no contexto 4Es em filosofia da mente, se considerarmos a noção de ‘intencionalidade não-derivada’ como uma construção conjugando movimentos corporais hábeis em conjunto com demandas ambientais (Newen, de Bruin & Gallagher, 2018, p. 10), ela resultaria da dinâmica da experiência (análoga à dinâmica de um campo eletromagnético) mais do que da simples incorporação de elementos externos à estrutura física do organismo. Retomando a imagem do mármore, enquanto se pode ver nela a representação da experiência como uma fonte de irradiação que se espalha dinamicamente em múltiplas direções, a intencionalidade não-derivada se converteria em um polo de recepção que assume a função do escultor de moldar (*sense-making*) os dados irradiados. Como resultado dessa dinâmica de campo, uma estrutura intencional emerge segundo um processo de seleção e diferenciação inerente à própria dinâmica de campo da experiência.

Se considerado *sense-making* como sinônimo de intencionalidade, não parece restar dúvidas de que somente na superfície enativismo e extensionismo são similares e as divergências são mais profundas do que se supõe. Explorando a conjugação entre o pragmatismo e o empirismo de William James, entendo que se, em termos enativistas, a atividade de *sense-making* expressa o sentido fenomenológica de autonomia do organismo, segundo minha compreensão de um extensionismo radical, ela se mostra como um aspecto derivado da dinâmica de campo da experiência.

Considerações finais

Não resta dúvida de que, se considerado o pragmatismo de William James na esteira da sua forma de empirismo, ele mostra ser uma crítica e uma resposta às teorias representacionais da mente na medida em que se deflaciona a noção de representação como condição de sustentação da intencionalidade do pensamento. Por sua vez, segundo a perspectiva 4E em filosofia da mente, como parte da atividade cognitiva, a intencionalidade se estende além do limite da estrutura corporal e incorpora uma dinâmica organismo-ambiente e deveria ser considerada como ‘não-derivada’ no sentido de que se trata de um engajamento prático entre a estrutura corporal do organismo e o ambiente.

Nos termos gerais da proposta deste artigo, partindo da conjugação entre o pragmatismo e a forma de empirismo de William James em paralelo com a noção de mente estendida, chamo de *extensionismo radical* minha abordagem da intencionalidade. Se considerado como sinônimo de intencionalidade, em particular, o que está em questão é um embate entre enativismo e extensionismo em torno de dois sentidos de *sense-making*. Tendo como background filosófico um embate mais amplo, os dois sentidos expressam a distensão entre fenomenologia e empirismo. E minha ideia de um extensionismo radical no contexto 4Es em filosofia da mente se deriva de uma perspectiva filosófica empirista.

Referências

ARAÚJO, A. William James, Jakob von Uexküll et la critique des notions de représentation mentale et d'intentionnalité. **Philosophical Enquiries: Revue des Philosophies Anglophones**, 7, 107-137, 2016.

BACON, M. **Pragmatism** – An Introduction. Cambridge (UK): Polity, 2012.

BATESON, G. **Mind and Nature** – A Necessary Unity. New York: E. P. Dutton, 1979.

BRENTANO, F. **Psychology from an empirical point of view**. Translated by Antos C. Rancurello, D. B. Terrel & Linda L. McAlister. London/New York: Routledge, 2005.

CHEMERO, A. **Radical Embodied Cognitive Science**. Massachusetts: The MIT Press, 2009.

CHEMERO, A. **Radical Embodied Cognitive Science**. Cambridge (MA): A Bradford Books, 2011.

CHEMERO, A. Radical embodied cognitive science. **Review of General Psychology**, 17(2), 145-150, 2013.

CHEMERO, A. & KÄUFER, S. Pragmatism, Phenomenology, and Extended Cognition. In: **Pragmatism and Embodied Cognitive Science** – From Bodily Intersubjectivity to Symbolic Articulation. Edited by Madzia, R. & Jung, M. Berlin/Boston: De Gruyter, 2016.

CHISHOLM, R. **Perceiving: a philosophical study**. Ithaca and London: Cornell University Press, 1957.

CLARK, A. **Supersizing the Mind**. Oxford: Oxford University Press, 2011.

CLARK, A. & CHALMERS, D. The Extended Mind. **Analysis**, No. 1, 1998.

DI FRANCESCO, M., MARRAFFA, M., & PATERNOSTER, A. A self properly embodied: William James and 4E cognition. **The Jamesian Mind**, p. 493-507, Routledge, 2022.

DI PAOLO, E.; ROHDE, M. & DE JAEGHER, H. Horizons for the Enactive Mind: Values, Social Interaction, and Play. In: **Enaction** – Toward a New Paradigm for Cognitive Science. Edited by John Stewart, Olivier Gapenne & Ezequiel A. Di Paolo. Cambridge (MA): The MIT Press, 2010.

GALLAGHER, S. Pragmatic interventions into enactive and extended conceptions of cognition. **Philosophical Issues**, 24, Extended Knowledge, 2014.

HEFT, H. **Ecological Psychology in Context** – James Gibson, Roger Baker, and the Legacy of William James's Radical Empiricism. New York/London: Taylor & Francis Group, 2001.

HEFT, H. William James' psychology, radical empiricism, and field theory: recent developments. **Philosophical Inquiries**, 2, p. 111-130, 2017.

HUFENDIEK, E. William James and John Dewey on Embodied Action-Oriented Emo-

tions. In: **Pragmatism and Embodied Cognitive Science** – From Bodily Intersubjectivity to Symbolic Articulation. Edited by Madzia, R. & Jung, M. Berlin/Boston: De Gruyter, 2016.

HUTTO, D. D. & MYIN, E. **Radicalizing Enactivism**. London: The MIT Press, 2013.

JACKMAN, H. James' Pragmatic Account of Intentionality and Truth. **Transactions of the C.S Peirce Society**, Winter 1998, Vol. XXXIV, No. 1: 155-181.

JAMES, W. Are We Automata? **Mind**, 4, p. 1-22, 1897.

JAMES. The Moral Philosopher and the Moral Life. **International Journal of Ethics**, April, Vol. 1, No. 3, April, pp. 330-354, 1891.

JAMES, W. **The Varieties of Religious Experience**. New York: Longmans, Green, and Co., 1902.

JAMES, W. **Some problems of philosophy** – a beginning of an introduction to philosophy. New York: Longmans, Green, and Co., 1916.

JAMES, W. **The Writings of William James** – A Comprehensive Edition. Edited by John J. McDermott. Chicago: Chicago University Press, 1977.

JAMES, W. **Pragmatism and The Meaning of Truth**. Cambridge (MA): Harvard University Press, 1978.

JAMES, W. **The Principle of Psychology**. Harvard: Harvard University Press, 1983.

JAMES, W. **Writings 1902/1910**. New York: Literary Classics of the United States, 1987.

JAMES, W. **The works of William James**. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.

JAMES, W. **Essays in Radical Empiricism**. Lincoln (Nebraska): University of Nebraska Press, 1996.

JAMES, W. **Pragmatism and other writings**. London: Penguin Books, 2000.

JAMES, W. **On a Certain Blindness in Human Beings**. London: Penguin Books, 2009.

JOHNSON, M. Pragmatism, Cognitive Science, and Embodied Mind. In: **Pragmatism and Embodied Cognitive Science** – From Bodily Intersubjectivity to Symbolic Articulation. Edited by Madzia, R. & Jung, M. Berlin/Boston: De Gruyter, 2016.

JOHNSON, M. **Embodied Mind, Meaning, and Reason**. Chicago: The University of Chicago Press, 2017.

KILPINEN, E. Pragmatism as a Philosophy of Action. In: **Pragmatism Perspectives**. Sami Pihlström & Henrik Rydenfelt (Eds.), 163-179, 2009.

KÜHLE, L. William James and the embodied mind. **Contemporary Pragmatism**, 14(1), p. 51-75, 2017.

KRUEGER, J. W. James on experience and the extended mind. **Contemporary Pragmatism**. Editions Rodopi, Vol. 3, No. 1, 165–176, 2006.

LAMBERTH, D. C. **William James and the Metaphysics of Experience**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

MADZIA, R. & JUNG, M. **Pragmatism and Embodied Cognitive Science – From Bodily Intersubjectivity to Symbolic Articulation**. Berlin/Boston: De Gruyter, 2016.

MALACHOWSKI, A. James's Holism: the human continuum. In: **The Cambridge Companion to Pragmatism**. Edited by Alan Malachowski. Cambridge University Press, 2013.

MENARY, R. Introduction: The Extended Mind in Focus. In: **The Extended Mind**. Richard Menary (Ed.). Cambridge/London: A Bradford Book/The MIT Press, 2010.

NEWEN, A.; DE BRUIN, L. & GALLAGHER, S. (Eds.). **The Oxford Handbook of 4E Cognition**. Oxford (UK): Oxford University Press, 2018.

PEIRCE, C. S. **Selected Writings**. New York: Dover Publications, 1966.

PERRY, R. B. **The thought and character of William James as revealed in unpublished correspondence and notes, together with his published writings**. Volume II Philosophy and Psychology. London: Oxford University Press, 1976.

ROBBINS, P. & MURAT A. A Short Primer on Situated Cognition. In: **The Cambridge Handbook of Situated Cognition**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

RORTY, R. **Philosophy and the Mirror of Nature**. Princeton, New Jersey: Princeton University Press. Thirtieth Anniversary Edition, Princeton, NJ: Princeton University Press, 1979.

ROWLANDS, M. Enactivism and the Extended Mind. **Topoi**, 28, p. 53–62, 2009. <https://doi.org/10.1007/s11245-008-9046-z>

ROWLANDS, M. **The New Science of the Mind – From Extended Mind to Embodied Phenomenology**. Cambridge: A Bradford Book/The MIT Press, 2010.

ROWLANDS, M. Disclosing the world – Intentionality and 4E Cognition. In: Newen, A.; de Bruin, L. & Gallagher, S. (Eds.). **The Oxford Handbook of 4E Cognition**. Oxford

(UK): Oxford University Press, 2018.

RUPERT, R. D. **Cognitive Systems and the Extended Mind**. Oxford: Oxford University Press, 2009.

RUSSELL, B. **The Analysis of Matter**. London: Routledge, 1992.

RYLE, G. **The Concept of Mind**. Oxford: Oxford University Press, 2009.

SACHS, M. The Field Concept in Contemporary Science. **The Field Concept in Contemporary Science**. Springfield: Charles C. Thomas Publisher, 1973.

THOMPSON, E. & STAPLETON, M. Making Sense of Sense-Making: Reflections on Enactive and Extended Mind Theories. **Topoi**, 28, 23–30, 2009.

THOMPSON, E. Living ways of sense making. **Philosophy Today**, Vol. 55, 2011.

WARD, D. & STAPLETON, M. Es are good: cognition as enacted, embodied, embedded, affective and extended. In: **Consciousness in Interaction: The role of the natural and social context in shaping consciousness**. Fabio Paglieri (Ed.). Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2012.

WIENER, P. Comment on Peirce's What Pragmatism is. In: Peirce, C. S. **Selected Writings**. New York: Dover Publications, 1966.

VARELA, F. **Invitation aux Sciences Cognitives**. Paris: Éditions du Séuil, 1988.

VARELA, F.; THOMPSON, E. & ROSCH, E. **The Embodied Mind – Cognitive Science and Human Experience**. Cambridge: The MIT Press, 1993.

ZALTA, E. N. **Intensional Logic and The Metaphysics of Intentionality**. Cambridge (MA): The MIT Press, 1988.



